



**SENADO FEDERAL
UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO
UNILEGIS**

PAULO ANDRÉ ARGENTA

**ONTOLOGIA DA LINGUAGEM E A CIÊNCIA POLÍTICA:
ANÁLISE CRÍTICA DOS POSSÍVEIS VÍNCULOS**

Brasília DF

2008



PAULO ANDRÉ ARGENTA

**A ONTOLOGIA DA LINGUAGEM E A CIÊNCIA POLÍTICA:
ANÁLISE CRÍTICA DOS POSSÍVEIS VÍNCULOS**

Trabalho final apresentado para aprovação no Curso de Especialização em Ciência Política (pós graduação *lato sensu*), realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2008, como requisito para obtenção do título de especialista em ciência política.

Orientador: Dr. Arthur Oscar Guimarães

Brasília DF

2008

A ONTOLOGIA DA LINGUAGEM E A CIÊNCIA POLÍTICA: ANÁLISE CRÍTICA DOS POSSÍVEIS VÍNCULOS

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Ciência Política realizado na Universidade do Legislativo Brasileiro no 2º semestre de 2008.

Aluno: Paulo André Argenta

Banca Examinadora

Orientador: Dr. Arthur Oscar Guimarães

Professor convidado: Dr. Sergio Sauer

Brasília, 12 de novembro de 2008.

AGRADECIMENTOS

À Kika, à Pilar e ao Pedro pelo apoio incondicional.

A minha irmã Vera, que sempre colabora para o meu desenvolvimento e a todos os meus familiares.

Agradecimento especial aos meus colegas de trabalho que estiveram comigo neste espaço de aprendizagem: Alessandra, Américo, João Paulo, Mariana, Mônica, Paula e Valdirene.

Ao meu orientador Arthur, por colaborar com a elaboração desta monografia.

À Senadora Ideli Salvatti e aos meus colegas de trabalho por contribuírem e proporcionarem este importante espaço de aprendizagem.

“DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas.”

“DOS MILAGRES

O milagre não é dar vida ao corpo extinto,
Ou luz ao cego, ou eloqüência ao mudo...
Nem mudar água em vinho tinto...
Milagre é acreditar nisso tudo!”

Mario Quintana

RESUMO

O objetivo do estudo é identificar e analisar as contribuições que a ontologia da linguagem pode oferecer à ciência política. Apresentam-se na monografia algumas reflexões construídas a partir de um processo de aprendizagem organizacional, tendo como eixo condutor a formação do autor como coaching ontológico. A ontologia da linguagem oferece uma proposição interpretativa da natureza humana, como cada cidadão observa e atua no mundo, pois atuamos de acordo como somos e somos de acordo com a nossa atuação. A ontologia da linguagem é uma nova visão que se coloca como alternativa à metafísica, oferecendo contribuições nos domínios da comunicação, da gestão, da aprendizagem e da ciência política nas noções de poder e da prática política. A proposta interpretativa valoriza a conversa como uma competência fundamental na construção do futuro, como ferramenta de gestão e de aprendizagem. A busca de novas interpretações para os domínios lingüísticos e emocionais introduz novos olhares sobre o processo comunicativo. O estudo aqui realizado apresenta o discurso da ontologia da linguagem e considerações sobre as contribuições da linguagem à ciência política nos domínios da gestão, aprendizagem e comunicação.

Palavras chaves: ontologia, linguagem, gestão, política e aprendizagem.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	5
SUMÁRIO	6
1. INTRODUÇÃO	7
1.1. <i>O objeto de estudo</i>	7
1.2. <i>Motivações para a realização do estudo</i>	8
1.3. <i>Sobre o método</i>	10
2. O DISCURSO DA ONTOLOGIA DA LINGUAGEM	13
2.1. <i>Nova modalidade de gestão organizacional e o papel das conversas</i>	13
2.2. <i>Componentes de uma conversação</i>	14
2.3. <i>A escuta</i>	15
2.4. <i>A fala</i>	16
2.5. <i>Os juízos</i>	18
2.6. <i>Emocionalidade</i>	19
2.7. <i>Corporalidade</i>	20
2.8. <i>Promessas, ofertas e pedidos</i>	21
2.9. <i>A aprendizagem na nova modalidade de gestão organizacional</i>	26
2.9.1. <i>Aprendizagem organizacional</i>	26
2.9.2. <i>Aprendizagem e o modelo OSAR</i>	27
2.9.3. <i>Aprendizagem e o ciclo de reflexões</i>	29
2.10. <i>Coaching ontológico</i>	31
2.10.1. <i>Origem e aspectos gerais</i>	31
2.10.2. <i>As etapas do coaching ontológico</i>	33
3. CONTRIBUIÇÕES DA ONTOLOGIA DA LINGUAGEM.....	39
3.1. <i>Contribuições no domínio da gestão</i>	40
3.1.1. <i>Gestão de Recursos Humanos</i>	41
3.1.2. <i>Gestão no Senado Federal</i>	41
3.2. <i>Contribuições nos domínios da comunicação e do poder</i>	42
3.3. <i>Contribuições gerais</i>	44
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
BIBLIOGRAFIA	49

1. INTRODUÇÃO

1.1. O objeto de estudo

O objeto de estudo desta monografia é a identificação e análise das contribuições teóricas que a ontologia da linguagem pode oferecer para a ciência política, no sentido amplo, e para a gestão na política, no sentido restrito. Em outras palavras, de que maneira os principais elementos constituintes da ciência política podem ser percebidos através das lentes da ontologia da linguagem.

A hipótese aqui defendida é de que os conceitos constitutivos da ciência política podem ser reinterpretados à luz da ontologia da linguagem, procedimento que poderia gerar enriquecimentos significativos a tais definições.

Na primeira parte da monografia é apresentada uma radiografia do discurso da ontologia da linguagem. Na segunda parte, procura-se relacionar as possíveis influências do discurso ontológico sobre algumas áreas da ciência política, em especial a gestão na prática política. O escopo do estudo não foi uma apresentação exhaustiva do que se trata por ontologia da linguagem, tão pouco se buscou indicar com precisão quais são os conceitos clássicos da ciência política e como eles podem ser enunciados tendo por base a proposta da ontologia da linguagem. A partir das análises realizadas, o que se pretendeu indicar como resultado neste texto, que desde o início da tarefa se constituiu no elemento central do estudo, foi a identificação de linhas de estudos que podem ser desenvolvidos de maneira mais aprofundada em outras oportunidades, tendo por base em todos os itens dessa monografia o pensamento de Rafael Echeverría.

A definição de ontologia da linguagem utilizada no presente estudo é aquela defendida por Rafael Echeverria. O autor toma emprestado o termo ontologia dos filósofos gregos, porém é dado um significado diferenciado. Segundo ele, a ontologia faz referência à compreensão genérica do que significa ser humano, ou seja, é uma modalidade do pensar filosófico que carrega consigo uma interpretação sobre o ser humano. Desta forma, sustenta a possibilidade de se ter uma ontologia metafísica, como a produzida pelos filósofos gregos, ou outras ontologias, como a ontologia da linguagem, mas sempre haverá em todas as ações humanas uma ontologia subjacente. Cada vez que alguém atua, não apenas se manifesta o objeto sobre o

qual está se atuando, mas também se manifesta uma determinada interpretação do ser humano, uma ontologia.

Para Rafael Echeverria, a ontologia da linguagem é uma proposta interpretativa do ser humano que tem como pano de fundo a linguagem. O ser humano é um ser lingüístico e, através da linguagem, constrói identidade e o sentido que guia sua vida. A linguagem é compreendida como uma operação geradora do ser humano. Surge deste olhar uma nova compreensão da natureza humana e uma abordagem transformadora dos indivíduos, organizações e sistemas.

O estabelecimento das relações que possuem como pano de fundo os princípios, pressupostos e interpretações oferecidos pela ontologia da linguagem constitui um passo preliminar e fundamental. Para a compreensão de tais aspectos trabalhar-se-á, de maneira auxiliar, com o conceito de Coaching Ontológico, também defendido por Rafael Echeverria. Coaching Ontológico é uma modalidade de aprendizagem que visa à transformação do observador, ampliando sua potencialidade e qualidade de observação, não limitada apenas ao melhoramento da capacidade de ação.

Nessa linha, compete definir ciência política. Para efeito dos objetivos aqui perseguidos adotar-se-á a proposição de Philippe Schmitter ¹, que delimita o objeto de estudo da ciência política a partir da seguinte caracterização do que é política: uma combinação de recursos (poder, influência, autoridade); processos (formulações e decisões); objetivos (soluções pacíficas de conflitos, objetivos, visões sistêmicas); instituições (Estado, governo, partidos e grupos).

1.2. Motivações para a realização do estudo

A principal justificativa para a realização dos estudos sobre as contribuições teóricas da ontologia da linguagem para a ciência política é de caráter instrumental. Como participante do curso “The Art of Business Coaching”, em 2007, e do Curso de Especialização em Ciência Política, em 2008, o autor desta monografia identifica referenciais comuns, muitas vezes apresentados com concepções ou interpretações distintas.

¹ NOGUEIRA, 2007, p. 91 e 92.

Pretende-se, então, estabelecer alguns paralelos, identificando áreas temáticas comuns como: ética, poder, gestão, comunicação, natureza humana, sistema social etc. As noções de verdade e conhecimento científico fazem parte dos paralelos mencionados. A leitura de clássicos como os pensadores gregos e filósofos modernos foram sendo revisadas à luz das duas dinâmicas de aprendizagem.

Identificar contribuições teóricas da ontologia da linguagem à ciência política foi um processo relativamente natural no transcurso dos estudos relacionados aos dois cursos, conseqüência direta do próprio processo de aprendizagem, uma vez que era objeto do primeiro curso o aperfeiçoamento da gestão do mandato parlamentar ao qual estou vinculado funcionalmente.

Da parte do autor, esta monografia é uma primeira apropriação da ontologia da linguagem no que tange à gestão pública e, portanto, com vínculos naturais com a ciência política. Em específico, busca-se a contribuição para a gestão pública no âmbito do Senado Federal, seja como organização institucional, num sentido mais amplo, seja como organização de estruturas administrativas, no sentido restrito, que é o caso dos gabinetes parlamentares, diretorias, secretarias e órgãos vinculados.

A contribuição da ontologia da linguagem vai além dos aspectos de gestão. No estudo a ser realizado, considerar-se-á a ética, a noção de ser humano e de poder e a importância da comunicação. Assim, a contribuição da ontologia da linguagem para a ciência política pode vir a ser mais ampla, podendo encontrar eco em diversos aspectos e elementos dos processos políticos e como fundamento para o desenvolvimento de novas abordagens e conceitos relevantes para a ciência e para a política, seja como conhecimento científico ou como práticas sociais.

O mundo vive um momento de profundas mudanças nos padrões de organização pública e empresarial. Surgem novas abordagens gerenciais com a crescente transformação do trabalho manual em trabalho intelectual, com o uso de novas tecnologias e automação dos processos produtivos. A comunicação é uma das áreas de maior impacto nas relações interpessoais, institucionais e interinstitucionais. As noções de política devem modernizar-se em razão das transformações em curso. A ciência política é um campo fértil para o desenvolvimento de novos conceitos e definições sobre a qualidade das relações

entre o aparato estatal e a sociedade, sobre o desempenho de distintos atores políticos e o melhoramento da eficiência, eficácia e efetividade² da ação política.

A necessidade de elaboração da monografia para a conclusão do Curso de Especialização em Ciência Política é uma oportunidade para refletir o processo de aprendizagem vivenciado pelo autor e a possibilidade de disponibilizar o conhecimento resultante, bem como os princípios, fundamentos e teorias elaboradas no âmbito da ontologia da linguagem.

1.3. Sobre o método

A noção sobre produção do conhecimento, cujo caráter específico no presente estudo relaciona-se ao conhecimento científico, faz parte das propostas interpretativas da ontologia da linguagem. Algumas questões prévias, como referenciais introdutórios, serão devidamente desenvolvidas ao longo do texto. As propostas sobre *verdade* e sobre a *relação entre sujeito e objeto* constituem questões centrais no desenvolvimento do estudo e estão em sintonia com os fundamentos da ontologia da linguagem.

A ontologia da linguagem apresenta duas possibilidades interpretativas sobre a verdade: a primeira faz correspondência com uma realidade objetiva, conceito arraigado ao sentido comum, a partir do qual se interpreta como sendo possível ao ser humano ver as coisas de uma maneira objetiva e independente de como é o ser humano; a segunda noção relaciona-se como intersubjetividade, como um consenso no interior de uma comunidade, privilegiando-se certas interpretações sobre outras, ou seja, a verdade como uma construção social, como por exemplo, da verdade científica que é aquela aceita numa determinada comunidade científica.

Na relação entre sujeito e objeto, é importante destacar o que se constitui como realidade na observação do ser humano. Em outras palavras, caberia perguntar: o que é o produto das nossas observações? Na proposta interpretativa da ontologia da linguagem, o olhar do ser humano não é transparente; é seletivo e particular. Tudo o que se apresenta frente aos nossos sentidos está contaminado

² “A efetividade é medida (...) pela quantidade de mudanças significativas e duradouras na qualidade de vida ou desenvolvimento do público beneficiário da ação que o projeto ou política foi capaz de produzir.” (Carvalho, 2001, p. 72)

pela nossa particular forma de observar. Os produtos de nossas observações sempre serão interpretações da realidade. O impacto dessa forma diferenciada de vermos as coisas, pensada enquanto método, pode ser melhor entendida a partir da idéia de que precisamos também observar o observador, ou seja, o produto da observação também faz referências ao observador.

Resulta daí a busca de uma observação diferenciada; aprender a olhar o habitual de maneira distinta é o que propõe a ontologia da linguagem. Neste ponto é feita a opção pela indagação fenomenológica, o que implica submergir na própria experiência individual para desvendar seus traços fundamentais³.

A metodologia utilizada para o estabelecimento de relações entre a ontologia da linguagem e a ciência política estará associada nesta monografia a uma forma particular de observação, ou seja, à história e inquietudes vinculadas ao mundo profissional, ao trabalho no âmbito de um mandato parlamentar e às vivências deste autor como cidadão e ser político.

O estabelecimento de relações entre a ciência política e a ontologia da linguagem constitui o objeto de estudo, sendo que o método do projeto de estudo consiste no resgate do conhecimento resultante da participação do autor nos cursos “*The Art of Business Coaching*” e “*Curso de Especialização em Ciência Política*”, na medida em que tais processos de aprendizagem não se limitaram ao acesso do conteúdo técnico, mas também na prática diária.

Os materiais e fontes para a elaboração desta monografia são livros, basicamente de Rafael Echeverria, materiais didáticos distribuídos ao longo dos dois cursos, relatos de *coaching ontológico*⁴ e de tarefas, bem como do processo de aprendizagem desenvolvido com a equipe, além de anotações de outras leituras e conferências.

Por fim, cabe destacar que a inquietude principal presente no estudo não é a busca de respostas definitivas sobre os vínculos entre a ontologia da linguagem e a

³ A experiência deste autor tem sido a vivência de dois processos de aprendizagem concomitantemente.

⁴ Veja o item 2.4 desta monografia - “Coaching Ontológico”.

ciência política. O resultado esperado é o levantamento de inúmeras questões, que servirão de base para as reflexões que o debate pode suscitar.

O universo de reflexões da ciência política é amplo e complexo, com inúmeras proposições teóricas e diversas possibilidades de atuação. A ontologia da linguagem, como uma nova proposição sobre a noção de ser humano e sua atuação no mundo, também se configura num universo de reflexões amplas e complexas. É impossível abordar todo este conjunto de diversidades e complexidades num trabalho com objetivo e tempo limitado. Neste sentido, a ambição do autor é compor uma introdução à análise crítica dos possíveis vínculos entre a ciência política e a ontologia da linguagem.

Cabe ainda apresentar os postulados e princípios em que a ontologia da linguagem fundamenta-se:

Postulados

- a) Nós, seres humanos, somos seres lingüísticos;
- b) A linguagem envolve duas dimensões importantes na nossa existência: o sentido e a ação;
- c) A linguagem é generativa – com o uso dela construímos e transformamos mundos e a nós mesmos; a linguagem gera realidades.

Princípios

- a) Não sabemos como as coisas são, somente sabemos como as observamos e como as interpretamos – vivemos em mundos interpretativos;
- b) Atuamos de acordo como somos e também somos de acordo como atuamos – a ação gera ser;
- c) A ação de toda entidade resulta de sua própria estrutura e da estrutura do sistema em que ela se desenvolve; ela define seu âmbito de ação possível, dentro deste âmbito está a capacidade para introduzir transformações em ambas as estruturas – estas transformações geram a possibilidade de ação que antes não era possível.

2. O DISCURSO DA ONTOLOGIA DA LINGUAGEM

2.1. Nova modalidade de gestão organizacional e o papel das conversas

Para a ontologia da linguagem, o modelo tradicional de gestão baseado no mando e controle está em crise. Estamos num momento de abertura cultural e de surgimento de novos conhecimentos. As modernas tecnologias de informação (TI) e transporte estão alterando profundamente as relações sociais e incrementando as interações culturais. A velocidade da informação, a disponibilidade de acesso ao conhecimento e as oportunidades de convivência entre distintas culturas abrem novos horizontes perceptivos e de produção intelectual. Estes fatos induzem mudanças no mundo do trabalho e projetam novas necessidades de gestão organizacional, aprendizagem e liderança.

A ampliação do trabalho intelectual, muitas vezes em detrimento do trabalho manual, é um dos principais fatores de mudanças nos padrões organizacionais em conjunto com o uso de novas tecnologias e automação dos processos produtivos. As dinâmicas de gestão baseadas na autoridade do gerente não são capazes de dar conta da nova realidade.

O modelo tradicional de gestão, quando surgiu no período da Revolução Industrial, teve o papel de ampliar a produtividade do trabalho manual, organizando e intensificando o processo produtivo em todas as suas esferas. Caracterizou-se por uma postura impositiva, centrado na autoridade do gerente e chefe, muitas vezes conformando uma estrutura do medo, o que levava o trabalhador a um posicionamento retraído e pouco criativo.

A questão central é que as dinâmicas de gestão tradicional, eficientes nos termos da elevação da produtividade em tempo passados, não são mais efetivas. Ao contrário, na era do conhecimento, tais dinâmicas geram um efeito negativo no desempenho do trabalho intelectual. As habilidades técnicas específicas continuam sendo importantes, mas não é mais a única variável promotora da eficiência e eficácia do trabalho, visto que a qualidade emocional é tão ou mais importante do que saber '*o dever fazer*'.

Nos tempos atuais, as habilidades comunicativas são ações de grande impacto, seja nas relações interpessoais, organizacionais ou interinstitucionais. A

ontologia da linguagem constitui-se numa nova interpretação do ser humano a partir do reconhecimento do caráter gerador da linguagem.

Numa visão tradicional, a linguagem é vista como passiva e descritiva, que narra os acontecimentos. Na nova visão, a linguagem é interpretada como ação, ativa e geradora de ser. A linguagem gera identidades, relações, compromissos, possibilidades, futuro diferente, mundos distintos.

Desta perspectiva pode-se repensar o papel das conversações nas organizações. Uma organização também pode ser descrita como um sistema de conversas; uma rede de conversa com o seu entorno, ofertas de serviços e produtos, pedidos de insumos e recursos, acordos e compromissos; uma rede interna de conversas para a gestão e coordenação de ações, desenhos e avaliações de tarefas, pedidos e ofertas. Ou seja, a organização é um universo conversacional; sua viabilização, êxito ou fracasso está condicionado pela qualidade das conversas internas e delas com o ambiente externo.

2.2. Componentes de uma conversação

Na interpretação apresentada pela ontologia da linguagem, a conversa tem um papel fundamental na obtenção dos resultados organizacionais. Compreendê-la em sua ampla significação e estrutura tem importância central na geração de novas competências de gestão e liderança.

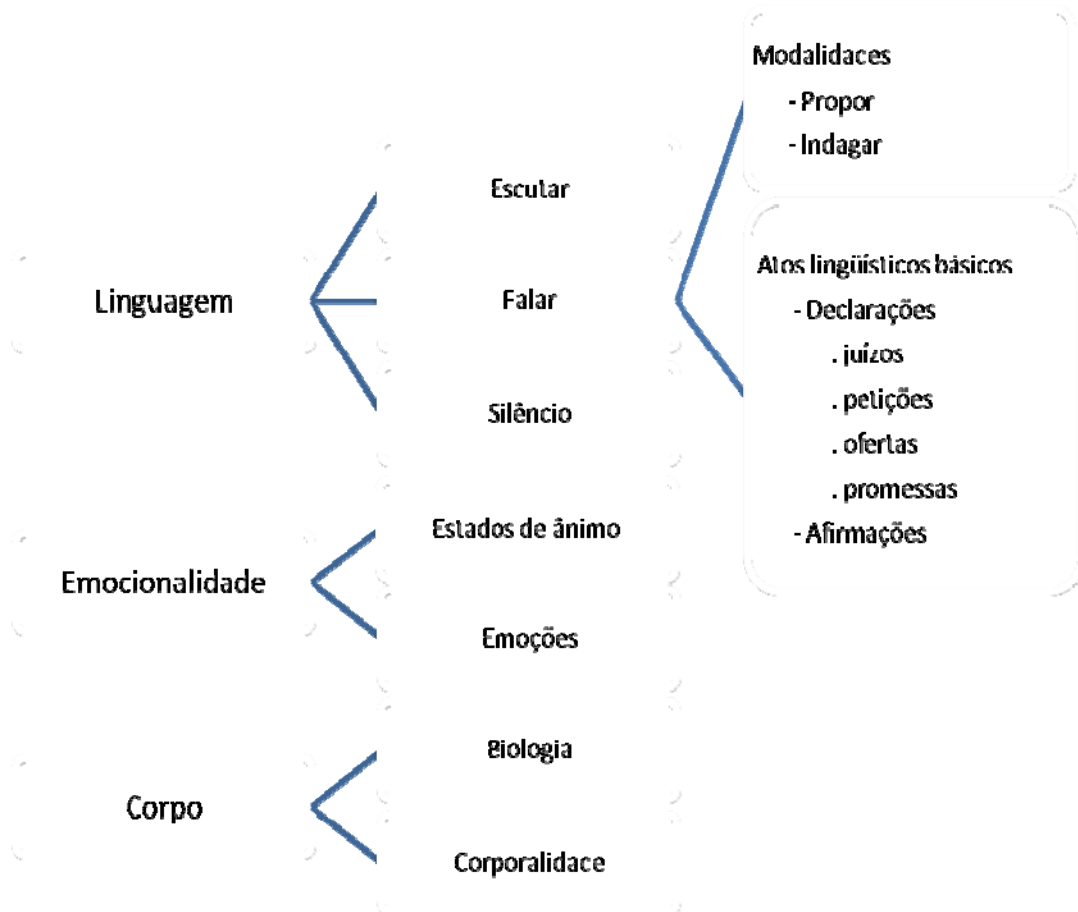
Tradicionalmente, a comunicação é descrita no esquema básico de *mensagem, emissor e receptor*. Esta forma interpretativa - útil enquanto estrutura tecnológica - é insuficiente para apresentar o processo comunicativo humano em sua totalidade e complexidade. A ontologia da linguagem propõe uma nova interpretação da ação conversacional, com base na compreensão dos domínios básicos constituintes do ser humano.

Atuam no processo conversacional a *linguagem, a emocionalidade e o corpo*. A linguagem é vista em três atos distintos: o falar, o escutar e o silêncio; a emocionalidade interpretada desde as emoções e dos estados de ânimo; e o corpo enquanto sistema biológico e como corporalidade, posturas e movimentos.

Diferentemente de um aparelho de comunicação, o ser humano é um sujeito ativo no processo de comunicação, tanto no momento de emissão, quanto de

recepção da mensagem. A mensagem não é formada apenas por palavras, visto que é constituída também de corporalidade e de emocionalidade.

O gráfico abaixo apresenta os componentes de uma conversação.



Fonte: The Art of Business Coaching, 2007.

2.3. A escuta

No esquema tradicional, o escutar é interpretado como uma postura passiva, como o ato de recepção da mensagem. Porém, o fenômeno do escutar é também um ato interpretativo, portanto, uma postura ativa. Importante registrar uma distinção entre o escutar e o ouvir. O ouvir é requisito do escutar, é a percepção dos sinais sonoros. O escutar é a percepção associada com a interpretação. Quando escutamos estamos ativamente procurando dar sentido ao que está sendo dito.

A interpretação nos conecta com o passado, presente e futuro. Quando estamos interpretando resgatamos nossas vivências anteriores, experiências e aprendizados. As nossas expectativas futuras também estão em jogo no processo

interpretativo. Outro fator importante é que escutamos com todos os nossos sentidos, não escutamos apenas com os ouvidos, utilizamos também o olhar, o toque, o olfato, o paladar e o pensar.

Ao inserirmos a interpretação no esquema de comunicação estamos gerando uma variável de distanciamento entre o emissor e o receptor, um elemento de deformação da mensagem.

A questão da interpretação é central na proposta da ontologia da linguagem: O seu primeiro princípio nos diz que não sabemos como as coisas são, somente sabemos como as observamos e como as interpretamos – vivemos em mundos interpretativos. A interpretação, desenvolvida no âmbito das nossas expectativas e histórias, gera sentidos diferentes e distanciamento entre os sujeitos da comunicação.

Por conta da relatividade das interpretações sempre haverá nas nossas relações conversacionais um substrato invisível. Os sujeitos comunicativos são os responsáveis pela gestão deste substrato invisível, seja no papel daquele que fala ou no papel daquele que escuta. Encontramos neste ponto uma importante abertura para a aprendizagem organizacional.

As ferramentas de um escutar efetivo localizam-se em dois níveis: o primeiro como ação, identificando as distâncias interpretativas e buscando sua redução; o segundo como transformação do observador particular que somos. Podemos verificar escutas, checando se elas estão adequadas, como orador e como ouvinte, compartilhar as interpretações para que o outro possa validar o que está sendo escutado ou não. Outra forma de aproximação é o compartilhamento de inquietudes para que o outro nos veja desde que ponto nós estamos falando ou escutando. O indagar é um instrumento fundamental para buscar informações e detalhes para a elaboração de uma interpretação mais adequada.

2.4. A fala

A fala pode ser interpretada como uma descrição da realidade ou como uma atuação humana que estabelece vínculos entre o mundo e a palavra. A ontologia da linguagem faz uma distinção no domínio da fala entre as modalidades de *proposição* e *indagação*. A proposição é uma fala para ser escutada, por sua vez, quando indagamos, falamos para escutarmos.

Quando alguém atua baseado num enfoque único de fato propõe para impor seu ponto de vista ou indaga para induzir o outro a sua forma de ver as coisas. Por outro lado, quando alguém atua desde o enfoque múltiplo, a proposição é uma fala para mostrar o seu ponto de vista como mais de uma possibilidade. A indagação neste caso é para compreender melhor e aproximar-se do ponto de vista do outro.

A fala também pode ser interpretada a partir da distinção entre os atos lingüísticos básicos: afirmações e declarações (juízos, petições, ofertas e promessas). Neste caso, o elemento de distinção é o vínculo existente entre a palavra e o mundo.

No caso das afirmações, as palavras são adequadas ao mundo; elas são usadas para descrevê-lo. O observador relata o que observa; o compromisso social é que as afirmações sejam verdadeiras. As evidências e a aceitação comunitária são os parâmetros para determinar se as afirmações são verdadeiras ou falsas. Frente à inquietude do observador, uma afirmação pode ser relevante ou irrelevante.

Um bom exemplo pode ser assim expresso: o Senado Federal é composto por oitenta e um senadores; todos os estados e o Distrito Federal possuem o mesmo número de representantes no Senado Federal, são três senadores para cada um destes entes federativos; a atual legislação eleitoral garante oito anos de duração do mandato de Senador da República. Todas estas frases são afirmações, reportam a realidade e descrevem o mundo. Ao fazer tais afirmações não se altera a realidade, nem se emite um juízo de valor. A capacidade humana de ação é dependente da qualidade das afirmações que possuímos e emitimos. Uma pessoa terá dificuldade de intervenção numa determinada realidade em que não possui informações suficientes.

Nas declarações, as palavras modificam o mundo, ou seja, o mundo segue a palavra. A partir das declarações, o observador gera novos contextos, toma decisões e cria novas possibilidades. Os compromissos sociais do observador são: atuar de acordo com as declarações proferidas e que estas sejam válidas. A autoridade para fazer as declarações é o parâmetro que determina a sua validade ou invalidade. Por exemplo: quem declara aberta ou fechada a Sessão Plenária é o Senador presidente da mesa diretora; esta autoridade lhe é conferida legalmente pelo Regimento Interno do Senado Federal. Além da autoridade legal, há também a

autoridade informal e tradicional, como são os casos das relações de amizade e religiosas.

São exemplos de declarações básicas: sim – declaração de aceitação; não – declaração de negação; declaração de ignorância; equivoquei-me (declaração de equivocação); desculpa (declaração de desculpas); obrigado (declaração de gratidão); comprometo-me (declaração de compromisso). As declarações podem mudar o mundo das pessoas, fechando ou abrindo possibilidades, gerando ou dissolvendo expectativas.

2.5. Os juízos

O juízo é uma declaração que fazemos a respeito de nós mesmos, dos outros, das coisas, das organizações e instituições. Os juízos vivem nas pessoas que os formulam, muitas vezes revelam mais a respeito do observador que os emite do que sobre aquilo que se está observando.

Enquanto ação lingüística, o juízo é um tipo especial de declaração; cria uma nova realidade que só existe na linguagem; não descreve uma propriedade das coisas ou das pessoas, mas adscrive um valor à realidade. A eficácia social do juízo depende da autoridade que temos para fazê-lo. A outorga para emitir pode ser legal e formal como é o caso do gerente organizacional, árbitro de futebol, professor, juiz de direito, parlamentar etc.

Os juízos têm um efeito determinante sobre a ética e o sentido da vida. Sem capacidade de emitir juízos, o núcleo da existência estaria vazio de sentidos. Os juízos proporcionam os parâmetros básicos que guiam a vida do ser humano (ético, justo, correto, sustentável, agradável, viável, legítimo etc.). Ou seja, através dos juízos, o ser humano estabelece valores comparativos da realidade e, assim, constrói o sentido para a sua existência e para a sua atuação no mundo.

A autenticidade é dependente da forma como a pessoa se relaciona com os juízos. Nos casos em que uma pessoa sobrevaloriza os juízos alheios ela perde autenticidade. Também se perde autenticidade quando o juízo é considerado uma afirmação, ou seja, quando o juízo é considerado uma descrição da realidade e não um valor comparativo. Segundo a ontologia da linguagem, a pessoa alcança a autenticidade quando submete sua existência ao exame permanente dos valores que se encontram em suas mãos, quando observa criticamente seus juízos. O ser

humano sempre emite juízos por ou para algo; eles abrem ou fecham possibilidades no futuro. Por meio dos juízos de comportamento, antecipa-se uma ação no futuro e, assim, a pessoa se torna co-participante da criação da realidade e do seu ser.

A competência de receber e emitir juízos não é garantia de autenticidade. Também é necessário fundamentar os juízos. Os padrões sociais são os principais parâmetros de fundamentação dos juízos, por meio deles estabelecemos os valores da realidade. Desta forma, o fundamento de um juízo sempre estará associado a um domínio particular, a uma comunidade e a um momento histórico específico.

Os juízos possuem uma estreita relação com a temporalidade: são referenciais do passado porque são baseados em informações ou observações de ações executadas no passado; no momento presente, emitimos os juízos; e a partir dos juízos, projetamos ações futuras. Com base nas observações das ações do passado podemos esperar certas ações de futuro, ou seja, por meio dos juízos podemos nos mover do passado para o futuro no momento presente. O ser humano gera juízos porque tem o juízo de que o que aconteceu no passado pode ser referência para prever o futuro. O futuro é a chave dos juízos porque ele inquieta o ser humano.

Em conclusão, podemos afirmar que a partir dos juízos podemos avaliar as nossas ações e os seus resultados, a partir disto podemos inventar novas ações, introduzir novas práticas que gerem novos resultados. Atuamos de acordo como somos, mas também somos de acordo como atuamos.

2.6. Emocionalidade

Há um aspecto inicial a considerar: os juízos estão intimamente ligados também com a emocionalidade. A confiança é uma das emoções principais que sustentam as relações sociais e interpessoais.

Nesses termos, o juízo de confiança é a viga mestre das relações sociais. Os compromissos sociais são juízos que os observadores fazem sobre os oradores. Como já vimos anteriormente, a fala pode ser analisada desde afirmações e declarações pronunciadas. Não se pode esquecer que os juízos se referem às ações e comportamentos e não à pessoa em si, pois os juízos não descrevem as pessoas; eles apenas estabelecem valores sobre as ações e os comportamentos.

Para a ontologia da linguagem a emocionalidade é um componente fundamental dos processos conversacionais. A emocionalidade nos predispõe para a ação; as emoções afetam os resultados das nossas ações. Dependendo do nosso estado emocional, estamos aptos para execução de uma ação que em outro estado emocional, não seríamos capazes de realizar.

O resultado da fala está associado à emocionalidade; isto também vale para escutar. Dependendo da emocionalidade, o ser humano está aberto ou fechado para escutar. Será praticamente impossível alguém escutar um juízo crítico com uma emocionalidade de desconfiança ou medo. Se alguém estiver desconfiado dos interesses do orador dificilmente se colocará numa postura aberta para escutar as opiniões e juízos dele.

A emocionalidade determina possibilidades de ação no domínio individual e também nos domínios organizacionais e sistêmicos. A emocionalidade afeta o desempenho e determina os resultados que uma equipe de trabalho pode alcançar na realização de uma tarefa. Uma equipe de alto rendimento precisa conhecer as relações emocionais que se estabelecem em seu interior e ter competência para administrá-las.

Visando aprofundar a interpretação sobre emocionalidade, a ontologia da linguagem faz distinção entre a emoção e o estado de ânimo. As emoções são relacionadas a momentos específicos e a eventos concretos; acontecem com rapidez; são superficiais e efêmeras. Por sua vez, os estados de ânimo são mais profundos; nem sempre é possível descrever o evento que o desencadeou. Os estados de ânimo caracterizam as pessoas, enquanto que as emoções caracterizam situações associadas a um fato específico.

Como conclusão, pode-se afirmar que existe um nexo entre o juízo e o estado de ânimo. Podemos intervir no domínio da emocionalidade a partir do domínio da linguagem (fala e escuta). Todas as conversas têm o poder para mudar os estados de ânimo, abrindo espaço para ações possíveis e modificando os juízos que fundamentam a emocionalidade presente.

2.7. Corporalidade

Da mesma forma que há uma conexão entre o domínio lingüístico e o domínio da emocionalidade, também há conexões entre os domínios da corporalidade com o

domínio lingüístico e o domínio emocional. Estes domínios interconectados definem estrutura de coerência da pessoa; conceito importante no âmbito da prática de coaching ontológico.

É possível observar a emocionalidade da pessoa nas suas expressões corporais; da forma como atua e fala, podendo assim interpretar sua emocionalidade. Por isto que se diz que o escutar se faz com todos os sentidos e não apenas com o ouvir.

2.8. Promessas, ofertas e pedidos

A promessa faz parte das relações humanas; é intrínseca a nossa convivência social e comunitária. A sociedade e os sistemas formam redes de promessas mútuas, sendo um exemplo bem nítido o sistema financeiro, que se baseia na promessa do valor de um papel. As promessas são compromissos de execução de ações futuras⁵.

As promessas permitem a coordenação de ações e assim consegue-se integrar dentro de um processo de competências diversas que um indivíduo não conseguiria fazer sozinho. Constitui uma competência mestre para garantir o trabalho de equipe. Caberia perguntar: o que pode ser esperado de uma equipe de trabalho quando os seus membros sistematicamente falham no cumprimento de suas promessas?

As nossas vidas estão organizadas ao redor das promessas que nós fizemos aos outros e das promessas que os outros nos fazem. O tipo e a qualidade das nossas relações sociais possuem vínculos com a forma como fizemos e cumprimos nossas promessas. O não cumprimento de promessa desenvolve relações sociais precárias e compromete a confiança. Aqui, mais uma vez, é possível estabelecer importante relações com a ciência política, dado que a identidade pública está relacionada com a capacidade de que a pessoa dispõe para efetivar a sua promessa.

A nossa identidade pública será poderosa ou fraca de acordo com a nossa capacidade de execução de ações. A impecabilidade relaciona-se com a

⁵ A estrutura de uma promessa é formada por um pedido (ou uma oferta) mais uma declaração de aceitação.

competência de responder pelas promessas, pelo alcance das expectativas ou pela responsabilização do não cumprimento do que foi prometido. A confiança que a imagem pública gera se dá em três domínios: sinceridade (a pessoa está sendo sincera ao aceitar executar a ação que lhe foi pedida?); competência (a pessoa é efetivamente competente para realizar o que está se propondo realizar?); responsabilidade (a pessoa terá condições de realizar a ação que lhe está sendo pedida?).

O ciclo de coordenação de ações ilustra muito bem o processo de promessas no âmbito organizacional. A seqüência de imagens, a seguir apresentada, traz interessante sinalização de como se dá a dinâmica desde o contexto, passando pela etapa negociação, realização e avaliação.

O ciclo pode iniciar com um pedido ou com uma oferta. Em ambos os casos, as etapas são as mesmas, mas o que diferencia é a seqüência de ações. A primeira ação, no caso do pedido, é do cliente; no caso da oferta, a primeira ação é do executor.

Ao longo de todo ciclo de coordenação de ações aparece o fundo compartilhado de inquietudes, como a confiança e os aspectos culturais. O ciclo também se conecta com outros ciclos externos, portanto, não são ciclos isolados.

A primeira ação para a efetivação de um pedido é a identificação de que algo falta. Neste sentido, a proposta é como se deve fazer uma leitura precisa sobre as inquietudes, cabendo perguntar então: Qual é o juízo formulado? Qual é a emocionalidade envolvida? Qual é o desejo? O que se precisa fazer para alcançar determinado objetivo? Consciente de qual é o pedido a ser feito, não se deve, afoitamente, fazer a declaração do pedido, pois é importante aprofundar previamente a reflexão. Por fim, formula-se o problema e a articulação do pedido.

Após a realização do pedido, dentro de um contexto adequado, avança-se para a fase da negociação. O executor poderá recusar a proposta, ou seja, não aceitar executar o pedido. Pode também oferecer uma contraproposta, seja numa perspectiva de negociação das condições de execução da ação ou de parâmetros de satisfação.

O executor também pode postergar, ou seja, não recusar e nem declarar aceitação. Nestes casos, ele pode abrir um diálogo em ciclos externos no sentido de geração de condições para aceitação do pedido. Por exemplo, quando a

possibilidade para aceitação do pedido depende de terceiros. Esta fase termina com a declaração de aceitação, quando todos os critérios de satisfação devem estar acertados.

A terceira fase é a da realização⁶. É a fase em que o pedido se transformou em promessa. Com a declaração de aceitação fecharam-se os elementos de uma promessa, que são: o pedido ou a oferta, mais a declaração de aceitação. O final desta fase é a declaração de conclusão. Fato que não significa o fim do ciclo de coordenação de ação.

A última fase é a avaliação. Trata-se do momento em que se criam os processos de aprendizagem ou de manutenção das ações eficientes e eficazes, portanto, é uma fase decisiva para o desempenho individual e organizacional.

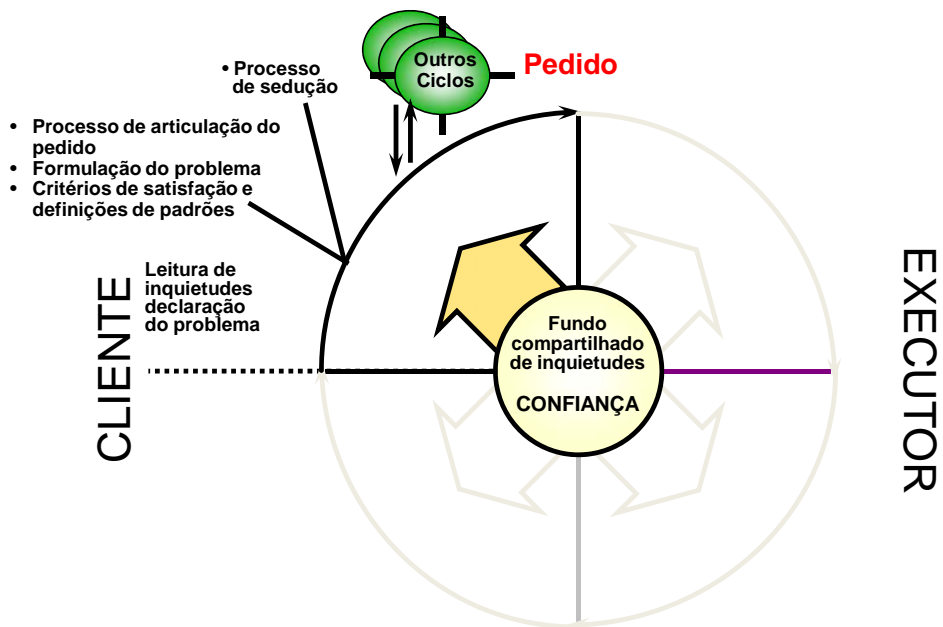
Após a declaração de conclusão deve-se iniciar um processo avaliativo, que se dá com a coleta de informações acerca da satisfação e da execução. É o momento para o cliente e para o executor estabelecerem novos processos de aprendizagem. Termina-se esta fase com a declaração de satisfação, seja com o serviço ou produto ou com as negociações finais.

O grau de impecabilidade do ciclo de coordenações precisa terminar com a declaração de satisfação. A satisfação não é apenas ter o produto ou serviço efetivado nos termos dos padrões de qualidade. O padrão de qualidade de impecabilidade está na capacidade de manter um dialogo que seja finalizado com satisfação.

Os gráficos apresentados a seguir ilustram o ciclo de coordenação de ações. Tais gráficos foram apresentados no programa do curso The Art of Business Coaching, 2007.

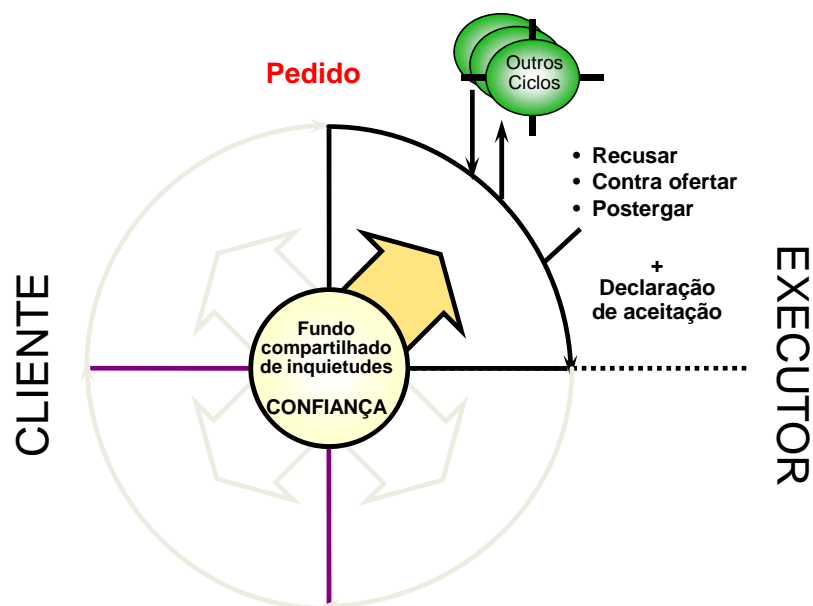
⁶ É a fase em que os ciclos externos podem gerar oportunidades ou dificuldades para o alcance da promessa. Quando o executor se comprometeu com a realização de um determinado produto ou serviço, dentro de determinados critérios de satisfação, ele lança mão de todos os procedimentos produtivos, incluindo a incorporação de outros subsídios vindos de ciclos externos.

CRIAÇÃO DO CONTEXTO

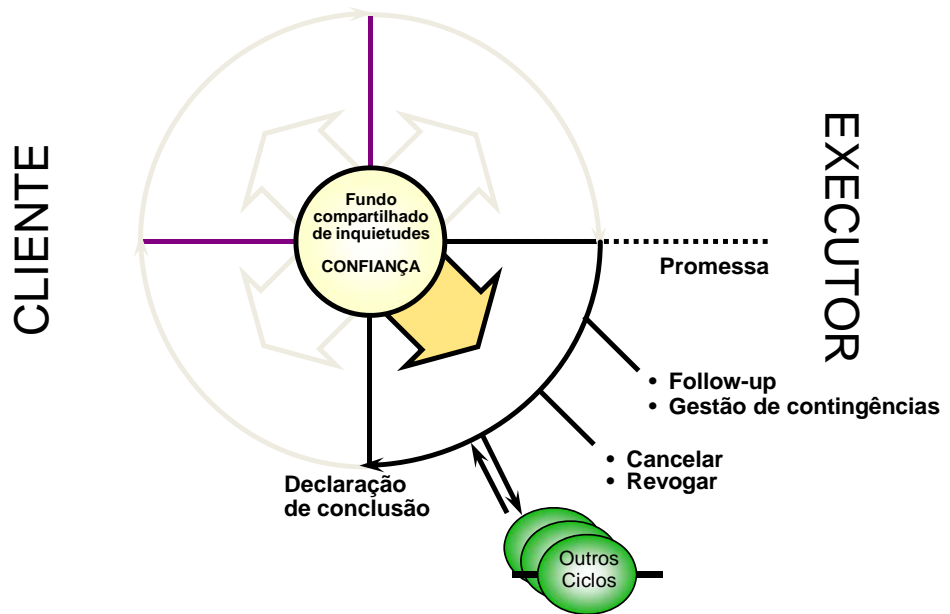


3

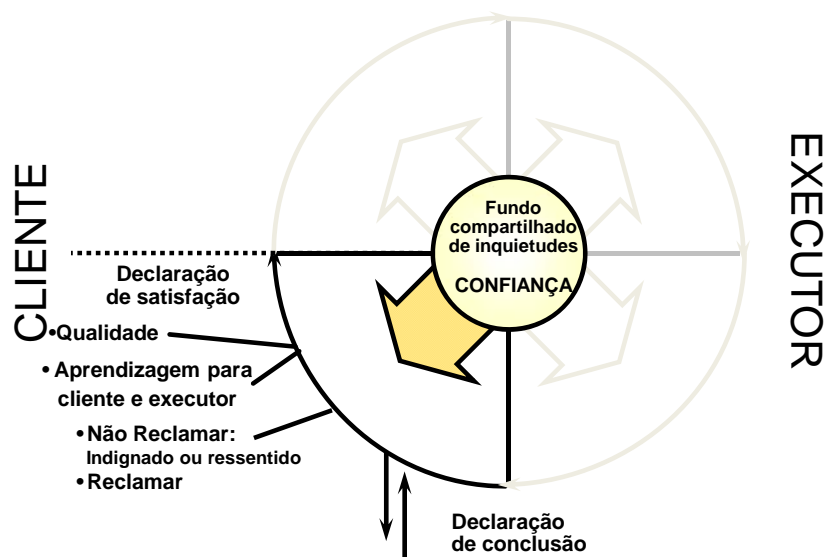
NEGOCIAÇÃO



REALIZAÇÃO



AVALIAÇÃO



2.9. A aprendizagem na nova modalidade de gestão organizacional

2.9.1. Aprendizagem organizacional

Para a ontologia da linguagem, a aprendizagem tornou-se um dos principais mecanismos de viabilidade organizacional e profissional. No momento atual, a velocidade dos acontecimentos e das mudanças é um desafio cotidiano, diante do fato das competências das pessoas tornarem-se obsoletas, com os produtos e serviços perdendo competitividade. Competências e habilidades, que há pouco tempo eram fontes de segurança, perdem poder; novas tecnologias e procedimentos são lançados no mercado diariamente. As inovações convertem serviços e produtos em peças de museu a cada instante. A aprendizagem passou a ser elemento central da nova gestão; ferramenta indispensável de sobrevivência organizacional e profissional.

A aprendizagem, para a ontologia da linguagem, é o processo de expansão da capacidade de ação efetiva e de transformação em consonância com as mudanças que ocorrem no entorno. A aprendizagem organizacional passa obrigatoriamente por mudanças nas ações dos seus membros, ou seja, ela precisa traduzir-se em aprendizagem individual. Contudo, é a organização que determina as ações dos indivíduos; a ação organizacional orienta e coordena as ações de seus membros, cuja atuação é subordinada ao cumprimento dos objetivos da instituição.

A capacitação individual, muitas vezes, é insuficiente para operar mudanças de comportamento, caso não sejam implementadas transformações estruturais correspondentes. Assim, a aprendizagem segue duas direções: uma, no sentido de orientar a aprendizagem dos líderes e dirigentes organizacionais para a transformação estrutural e, a outra, no sentido de capacitar aqueles que precisam se desenvolver na nova estrutura.

A aprendizagem é um juízo comparativo das ações realizadas em dois momentos distintos. O que se espera, no segundo momento, é que as ações sejam efetivas (capazes de alcançar resultados esperados), recorrentes (capacidade de repetição das ações e resultados) e autônomas (que a unidade que está sendo avaliada – indivíduo ou organização – tenha capacidade própria de realização das ações e resultados, sem depender de terceiros).

Importante destacar a relação entre juízo e ação. Como já mencionado, os juízos relacionam-se a uma expectativa de que algo irá acontecer no futuro a partir das nossas interpretações dos acontecimentos passados.

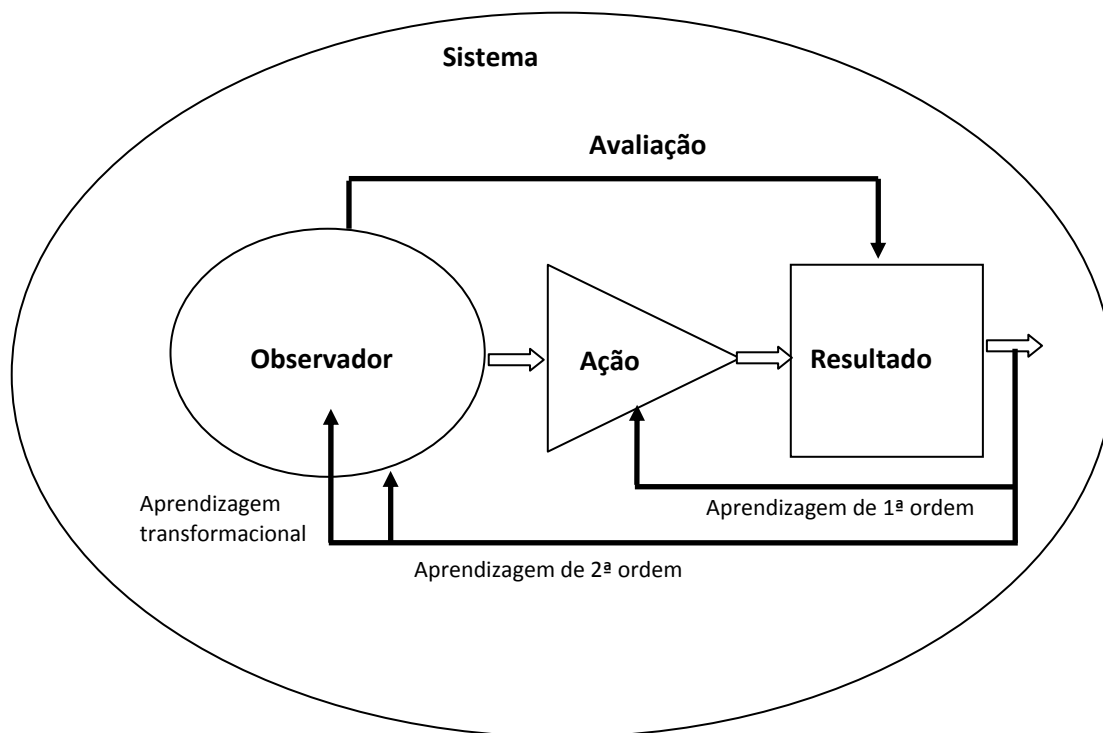
Uma das grandes limitações do processo de aprendizagem é o próprio juízo de uma pessoa que parte do pressuposto “*sei tudo*”, preciso aprender “*nada mais*”, ou seja, o indivíduo pensa que “*já sabe como as coisas são*”. Desta forma, o observador não tem expectativas com relação à aprendizagem. Se o observador fizer um juízo de que algo lhe falta, que é necessário desenvolver uma nova habilidade ou capacidade, ele se predispõe ao processo de aprendizagem. Ou seja, por um lado os juízos nos predispõem para a realização de determinadas ações e conseqüentemente para alcançarmos determinados resultados. Por outro lado novas ações e novos resultados têm a capacidade de mudar os juízos.

A aprendizagem é uma ação que busca como resultado a mudança de ação, ou seja, a aprendizagem é uma ação para mudar a ação, é a capacidade de autotransformação de que o ser humano dispõe. Desta forma, aprender a aprender é a competência-chave mais importante, porque pode nos conduzir a qualquer outra competência. Numa nova proposta de gestão organizacional é fundamental desenvolvermos indivíduos, equipes e organizações com capacidade autônoma de aprendizagem.

Mais uma vez, é possível a tentativa de estabelecimento de um olhar a partir da aprendizagem, para o entendimento do papel que cabe à *ontologia* na compreensão da *ciência política*. Não há dúvidas quanto ao fato de que, ao se preocupar com a gestão organizacional, mais uma relação se estabelece entre as partes, visto que o gerenciamento da própria máquina de governar é o cerne dos *processos de governo*, este aqui entendido como um dos elementos de estudo da ciência política. Desse ponto de vista, analisar-se-á, a seguir, o modelo OSAR (Observador, Sistema, Ação e Resultado).

2.9.2. Aprendizagem e o modelo OSAR

O chamado modelo OSAR (*Observador, Sistema, Ação e Resultado*) deve ser compreendido a partir de duas dimensões do processo de aprendizagem: a de alcance de 1ª ordem (que vincula o resultado à ação) e a de 2ª ordem (que liga o resultado ao observador), como se vê na figura abaixo.



Fonte: The Art of Business Coaching, 2007.

Para a ontologia da linguagem, o observador é a forma como damos sentido ao que acontece; a ação corresponde ao que fazemos em cada situação particular; e os resultados são os produtos que se geram como consequência das nossas ações. Quando o observador avalia os resultados e formula um juízo de satisfação, confirma as suas observações e atuações, assim continua atuando da mesma forma. Quando o juízo é de insatisfação o observador tem duas opções: apesar da insatisfação ele continua atuando da mesma forma ou, então, busca aprender a observar e atuar de outra forma.

A ontologia da linguagem interpreta que as ações determinam os resultados que obtemos no âmbito profissional, familiar, organizacional e, inclusive, define o tipo de pessoa que somos. Aqui, é incrível observar que no espectro da ciência política a ontologia da linguagem pode se apresentar como uma efetiva ferramenta não apenas no estudo dos processos de governo, como também no estudo das corporações (ou empresas), uniões (ou sindicatos), igrejas ou outras organizações.

Por sua vez, a forma como atuamos depende do observador particular que somos. Diferentes observadores definem de maneira distinta o âmbito de ações possíveis e atuam de modo diferente. A ação humana não é uma variável independente, as ações dependem do tipo de observador que cada pessoa é. Ao se

conhecer o tipo de observador que uma pessoa é pode-se antecipar a forma como ela atuará.

Quando se formula o juízo de que é possível mudar uma determinada situação, a forma como se atua traz implicações para os resultados que se obtêm, então ficam abertas duas importantes oportunidades de aprendizagem:

- a) A aprendizagem de primeira ordem busca melhorar e expandir a capacidade de ação do indivíduo, ou seja, uma intervenção sobre as ações que são realizadas, particularmente quando se busca adquirir competências específicas.
- b) A aprendizagem de segunda ordem busca a transformação do observador que cada um é. Trata-se de uma aprendizagem mais profunda, pois está direcionada àquela parte do nosso ser na qual se definem as inquietudes e a forma como o indivíduo observa o mundo e a si mesmo, buscando novas habilidades, questionando as suposições, as emoções, as distinções primárias, interpretações e os juízos.

Na primeira ordem de aprendizagem a pessoa busca efetivar mais e melhores ações. Na segunda ordem de aprendizagem, o indivíduo apresenta melhores condições de elaboração de desenhos, portanto, se coloca como observador mais qualificado, com maior quantidade de distinções lingüísticas.

A conclusão deste item permite afirmar que o propósito da aprendizagem de segunda ordem implica em mudanças de juízos. A ontologia da linguagem interpreta o ser humano, o observador, como uma estrutura de coerência que envolve os componentes lingüísticos, emocionais e corporais. Para a ontologia da linguagem no núcleo que constitui o sentido das coisas estão os juízos e a emocionalidade. Para mudar os juízos é necessário modificar as ações que geram os juízos.

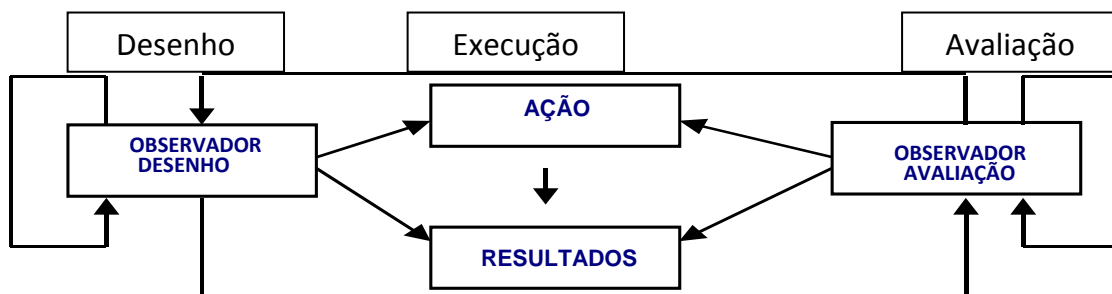
2.9.3. Aprendizagem e o ciclo de reflexões

Nos modelos tradicionais de organização não se desenvolvem espaços de reflexão sobre as ações e os observadores que executam tais ações. Os processos avaliativos normalmente quantificam e qualificam os resultados, mas não se integram a um processo de reflexão. Tradicionalmente se separa a reflexão, o processo de aprendizagem das ações e do trabalho. Os indivíduos são formados num modelo de aprendizagem em que passam muitos anos em atividades de formação e reflexão, para depois, no resto da vida trabalhar. Esta separação entre

ação e reflexão não é adequada aos tempos atuais que demandam constantes adaptações e inovações.

O mesmo raciocínio vincula-se aos estudos inerentes à ciência política, pois os indivíduos devem não apenas se colocar como entes eqüidistantes de suas organizações para entender suas respectivas dinâmicas, mas estudá-las sem desconsiderar o papel que cada um possui como parte do todo. Naturalmente que as duas possibilidades se apresentam a um indivíduo na posição de cientista político.

Uma alternativa é desenvolver a reflexão na ação. Com relação à ação reflexiva há duas modalidades: a elaboração de desenhos de ações e a avaliação das ações. O esquema abaixo auxilia a compreender os vínculos entre o modelo OSAR e o ciclo reflexivo de desenhar, executar e avaliar.



Fonte: The Art of Business Coaching, 2007.

Nesses termos, é possível entender que a proposta central da ontologia da linguagem no que se refere à relação entre a ação e a reflexão é a necessidade que as pessoas apresentam de superar o modelo de aprendizagem tradicional que separa o tempo de aprender e o tempo de trabalhar. Assim, a ação no trabalho é uma importante fonte e forma de se aprender. Não se propõe a substituição da aprendizagem formal; o que a ontologia da linguagem propõe é a adição da aprendizagem do trabalho.

Aqui, mais uma vez, é possível estabelecer um vínculo entre a ontologia da linguagem e a ciência política, pois neste caso a aprendizagem deve ser uma exigência do próprio trabalho, um componente intrínseco do trabalho e das organizações. A ferramenta para este tipo de aprendizagem é a reflexão na ação, incluindo a própria reflexão da reflexão. Verifica-se, então, a possibilidade de

entender as dinâmicas das organizações a partir dela própria, é como dizer que se busca estudá-las desde dentro⁷.

Neste momento abre-se um importante ponto de reflexão para quem quiser desenvolver uma nova modalidade de gestão organizacional: Quanto tempo as pessoas se dedicam ao trabalho reflexivo? Na nossa organização, que prioridade é dada á reflexão? Qual é a proporção de dedicação entre o fazer e o refletir? Como fizemos o trabalho reflexivo? Como podemos melhorá-lo? Como que a organização compreende o processo de aprendizagem? Como uma iniciativa individual ou organizacional? A aprendizagem é uma condição organizacional ou uma inquietude própria?

Com relação às vantagens de se compartilharem reflexões no âmbito do trabalho podem ser destacadas as seguintes: avaliação melhor dos nossos próprios desempenhos (trocas de juízos); avaliação do nosso trabalho em função do que os outros fazem (melhoramento dos nossos padrões comparativos); identificação de procedimentos a serem incorporados ou evitados.

E mais uma vez as questões se apresentam como um caminho a ser percorrido: Quem faz um trabalho equivalente ao nosso? Que resultados obtêm? Que rendimentos conseguem? Como o fazem? O que fazem de positivo que não fazemos? O que podemos aprender com eles? Quais das suas práticas reflexivas poderíamos adotar? Ou seja, a reflexão no trabalho é um importante processo de aprendizagem.

2.10. Coaching ontológico

2.10.1. Origem e aspectos gerais

Coaching ontológico é uma modalidade de coaching desenvolvida no âmbito da ontologia da linguagem. Existe uma grande variedade de coaching. É uma nova prática de gestão organizacional que surgiu com a incorporação da prática de “Coach Desportivo”. No mundo dos esportes o Coach é a figura do técnico, treinador ou professor. O reconhecimento dos resultados que proporcionaram determinadas pessoas a elevar um indivíduo ou equipe a desempenhos extraordinários chamaram

⁷ Desde dentro pode ser entendido (igual) como ‘a partir de dentro’, ‘a partir do interior’.

a atenção, e disto buscou-se incorporar as práticas do Coach Desportista para o mundo empresarial.

O que um Coach Desportista faz é o desenvolvimento de competências individuais e grupais (coletivas), desenvolvimento de estratégias ofensivas e defensivas e a coordenação de ações frente a um determinado adversário. A motivação também se constitui numa importante área de atuação. Porém os resultados da incorporação linear do coach desportivo se mostraram insuficientes quando aplicados nas empresas. O Coaching ontológico incorpora a noção do educador e de aprendizagem, mas dá um sentido profundamente distinto à prática do coaching.

O coaching ontológico remete aos aspectos mais profundos da condição humana, sustenta-se na interpretação particular do que significa ser humano. A sua aplicação se dá no âmbito empresarial e das organizações de maneira geral, o que justifica a busca de relacionamentos pretendidos por esta monografia entre a ontologia da linguagem e a ciência política

Há uma questão central a responder: de onde surge a necessidade de colocar a prática do coaching em bases ontológicas? Uma das principais motivações para incorporar a dimensão ontológica é a percepção do caráter descontínuo da ação e dos processos de aprendizagem. Muitas vezes a ação humana e a aprendizagem encontram limites que não se pode transcender espontaneamente. O problema não é a falta de motivação, o que mais se quer é poder fazer aquilo que se deseja fazer, mas, mesmo assim, não se consegue dar continuidade aos processos de aprendizagens.

Quando se observa a aprendizagem desde o indivíduo pode-se perceber que se trata de um fenômeno limitado. Ela está condicionada ao observador particular que cada indivíduo é, suas motivações, inquietudes, predisposições para fazer algumas coisas e outras não, incapacidades para perceber insuficiências nas suas ações e resultados. O coaching ontológico é uma ferramenta para ampliação dos horizontes da aprendizagem individual e, conseqüentemente, da aprendizagem organizacional.

Muitas vezes não falta motivação para a aprendizagem, mas as coisas não funcionam e não se sabe o que fazer. O observador chegou ao limite de sua

capacidade para discernir o que está acontecendo e não pode dar início a um processo de aprendizagem visando à mudança da situação.

O coaching ontológico coloca-se como uma alternativa de aprendizagem quando enfrentamos o juízo de que temos um problema cuja solução não está ao nosso alcance e não vimos caminhos para solucionarmos. Nestes casos não se trata de aprender o que não sabemos para expandir nossa capacidade direta de ação (aprendizagem de primeira ordem). Necessita-se aprender a modificar o observador, visto que ele leva o indivíduo a atuar de uma maneira diferente (aprendizagem de segunda ordem). O objetivo do coaching ontológico é a transformação do tipo de observador que uma pessoa é.

Existem condicionantes visíveis do comportamento humano como as predisposições biológicas (talento); o desenvolvimento de novas competências; o uso da tecnologia; a motivação. O problema surge quando todos estes condicionantes visíveis resultam insuficientes. No modelo OSAR existem dois condicionantes que atuam diretamente sobre nossa capacidade efetiva de atuar, porém estão ocultos, dado que não se consegue observá-los diretamente, são eles: o sistema e o observador.

A capacidade de observar o observador e o sistema não é espontânea, requer ser cultivada. Neste ponto entra a aprendizagem de segunda ordem. Este é o caminho do coaching ontológico.

A prática do coaching ontológico tem um caráter aberto e flexível, se aprende fazendo, praticando, colocando em prática as reflexões, aprendendo com as orientações do modelo OSAR e do ciclo de reflexões. Há sim uma proposta técnica em forma de etapas e procedimentos, porém o coaching ontológico é também uma arte, não se limita a um procedimento técnico.

2.10.2. As etapas do coaching ontológico

Etapa 1 – Introdução

O coaching ontológico é constituído de três etapas: introdução, interpretação e intervenção. O início do *coaching* acontece a partir de um pedido do *coachee*⁸ (da

⁸ Coachee é a pessoa que formula um pedido de ajuda ao coach; No âmbito do coaching ontológico o coachee é interpretado como observador que é constituído por três domínios básicos: corporalidade, emocionalidade e linguagem; estes três domínios não são autônomos, tendem a manter uma coerência entre si; a prática do coaching ontológico se dirige a interpretar a particular estrutura de

declaração de *quebre*⁹ e da necessidade de um *coach*) ou a partir de uma oferta do *coach* e, naturalmente, com a declaração de aceitação do *coachee* e do *coach*.

As primeiras ações tratam de conferência de autoridade e outorga de confiança. Busca-se criar um contexto emocional adequado para o trabalho. Os fatores de contexto são: emocionalidade, ambiente físico, horários, relação de trabalho entre *coach* e *coachee*. O contexto é um dos elementos mais importantes do coaching, ele precisa ser criado e recriado durante todo o processo. É dinâmico, dado que cada acontecimento ou ação podem afetar e desenvolver outro sentido do contexto.

No início do coaching são revisadas as bases para a criação do contexto¹⁰: ou seja, são revisadas as expectativas, possibilidades e limitações; são verificadas as permissões para se fazerem perguntas, confere-se o limite das outorgas para a conversa, avaliam-se os juízos.

Os elementos que compõem o quebre são: o fenômeno (experiência ou situação) e as interpretações (explicações). Os fenômenos são apresentados por intermédio de afirmações e as interpretações por meio de juízos. É papel inicial do *coach* identificar o quebre: checando se o que está sendo escutado é realmente a inquietude do *coachee*. Na seqüência, o *coach* procura separar os elementos (fenômenos e interpretações), questionar a veracidade das afirmações e verificar a possibilidade das existências de outros juízos. Por fim, faz-se uma reconstrução lingüística do quebre declarado inicialmente para ser o ponto de partida da busca de interpretação.

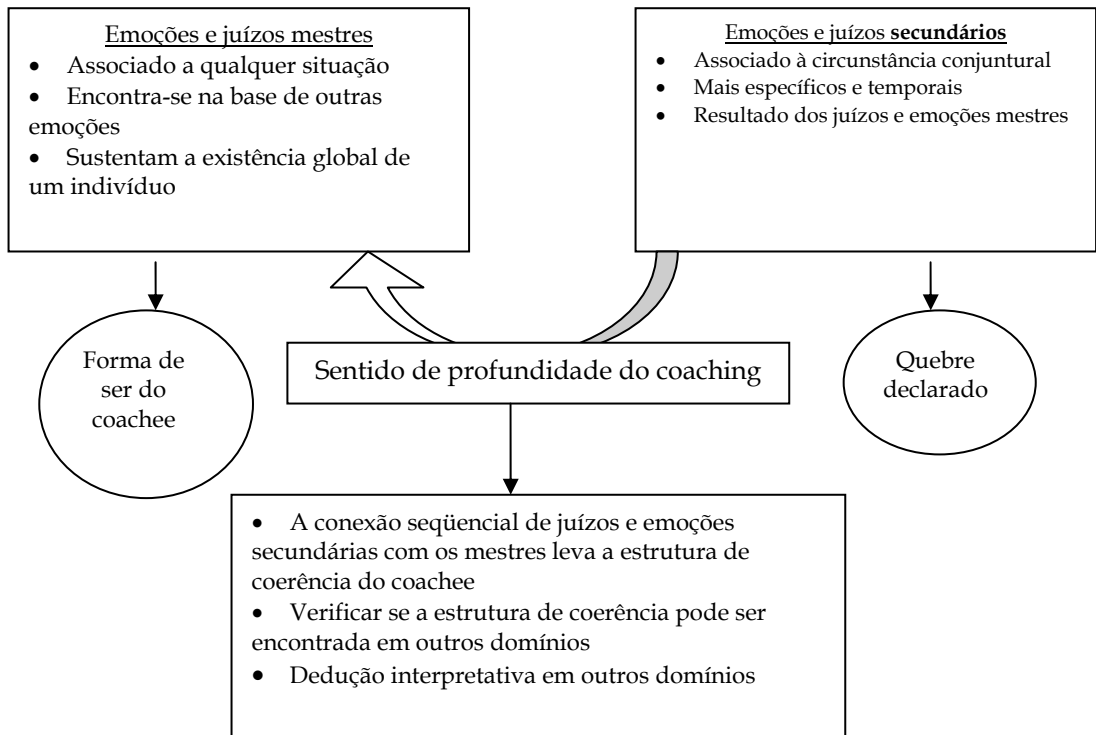
coerência do *coachee* e intervir nela, com objetivo de modificá-la e assim transformar o observador; a ontologia da linguagem não interpreta a pessoa constituída por uma única estrutura de coerência, mas sim como sendo uma confederação de estruturas de coerências disputando a hegemonia do sentido. Embora considere a estrutura biológica o coaching ontológico não atua sobre ela.

⁹ Os autores da ontologia da linguagem usam a expressam *quebre* ao invés de *problema* por duas razões: ele marca uma interrupção no fluxo da vida, assume uma posição crítica frente ao acontecimento, e também porque é resultado de um ato do observador.

¹⁰ Um pedido de ajuda é também uma outorga de confiança, é com base nesta emocionalidade que o *coachee* confere o papel do *coach*. Sem confiança não haveria possibilidade para a realização de um *coaching ontológico*, assim, torna-se responsabilidade permanente do *coach* manter viva a confiança. Manter a confiança não significa fazer agrados, visto que a inquietude do *coachee* é superar desafios, pois quanto mais poderosa for a interação do *coach* no sentido de superação das inquietudes maior será a confiança depositada pelo *coachee*. A confiança é mantida pela competência do *coach*, pela manutenção de um comportamento íntegro e pelo *coach* não ter outro interesse que não seja o de ajudar o *coachee*. Da outorga de confiança surge a autoridade. Conforme vai aumentando a confiança aumenta também a autoridade conferida pelo *coachee* para o *coach*.

Etapa 2 – Interpretação

O objetivo principal desta fase é compreender a estrutura de coerência do coachee. Inicia-se pelas indagações sobre a própria estrutura de coerência que faz a situação ser declarada como quebre e porque o coachee não se sente em condições de resolvê-la. Qual é a emocionalidade que domina o coachee? Quais são os juízos que ele faz? Quais são as formas concretas de atuação?



Nota: O termo mestre é utilizado nesse trabalho com o significado fundamental.

Uma pergunta importante que o coach deve se fazer: o que está bloqueando o coachee? Encontram-se as respostas nos domínios dos juízos e da emocionalidade, pois ali estão os elementos que fazem o coachee dar o sentido para a vida e para os acontecimentos; conseqüentemente, para os seus atos.

As perguntas que o coach deve fazer neste momento são: Quais são as inquietudes mais importantes? Como o coachee se situa no mundo? Que lugar ou posição ele ocupa? Quais são os juízos que faz de si próprio? Provavelmente esta será uma das questões de resposta mais difícil. E ainda: O que é considerado como possibilidade? O que é considerado como ameaça? Em quem confia? De quem desconfia?

A indagação é a ferramenta principal da etapa de interpretação, e por meio das questões o coach fala para escutar. Uma pergunta é uma petição que se pede uma informação. As perguntas do coach, não espontâneas, devem ter propósito, que é o de entender o quebre e a estrutura de coerência do coachee que sustenta este quebre. A ontologia da linguagem apresenta quatro modalidades de indagação:

- a) *Horizontal* – situar a pessoa com quem se está conversando (idade, estado civil, situação familiar, ocupação, etc.); recolher informações gerais sobre um determinado domínio, situação ou acontecimento que a pessoa declara como quebre;
- b) *Vertical* – se expande em profundidade; representa um avanço progressivo num mesmo foco, domínio ou situação; normalmente se dá num encadeamento de perguntas, respostas e perguntas; o objetivo é a identificação da forma de atuação do coachee, os padrões de interpretações e comportamentos;
- c) *Transversais* – fazer perguntas em outros domínios para verificar se a estrutura de coerência interpretada no domínio anterior também se aplica em outros domínios da vida do coachee; ou seja, conforme se interpreta a existência de padrões comportamentais deve-se indagar se tais padrões estão presentes em outros domínios;
- d) *Ortogonal* – visa buscar elementos que estão faltando à análise que se pretende realizar; usa-se a intuição para identificar perguntas sobre as áreas e os domínios que ainda não foram feitas e que pode dar uma unidade de sentido.

A intuição também tem um papel muito importante na fase da interpretação. Para a ontologia da linguagem os seres humanos sabem mais do que acreditam saber, pois a consciência de cada um não é a única fonte do saber. A partir de um olhar coletivo é possível afirmar que “nossas experiências” vão deixando rastros, nós sabemos algo, mas não estamos conscientes. A grande contribuição da intuição é a geração de hipóteses. Quando surge uma intuição cumpre-se checar sua validade, comprovar se é uma hipótese válida, para que não se inicie um coaching sem fundamentação.

Quando termina a fase de interpretação? Quando o coach julga que conseguiu construir os elementos básicos da estrutura de coerência do coachee e já

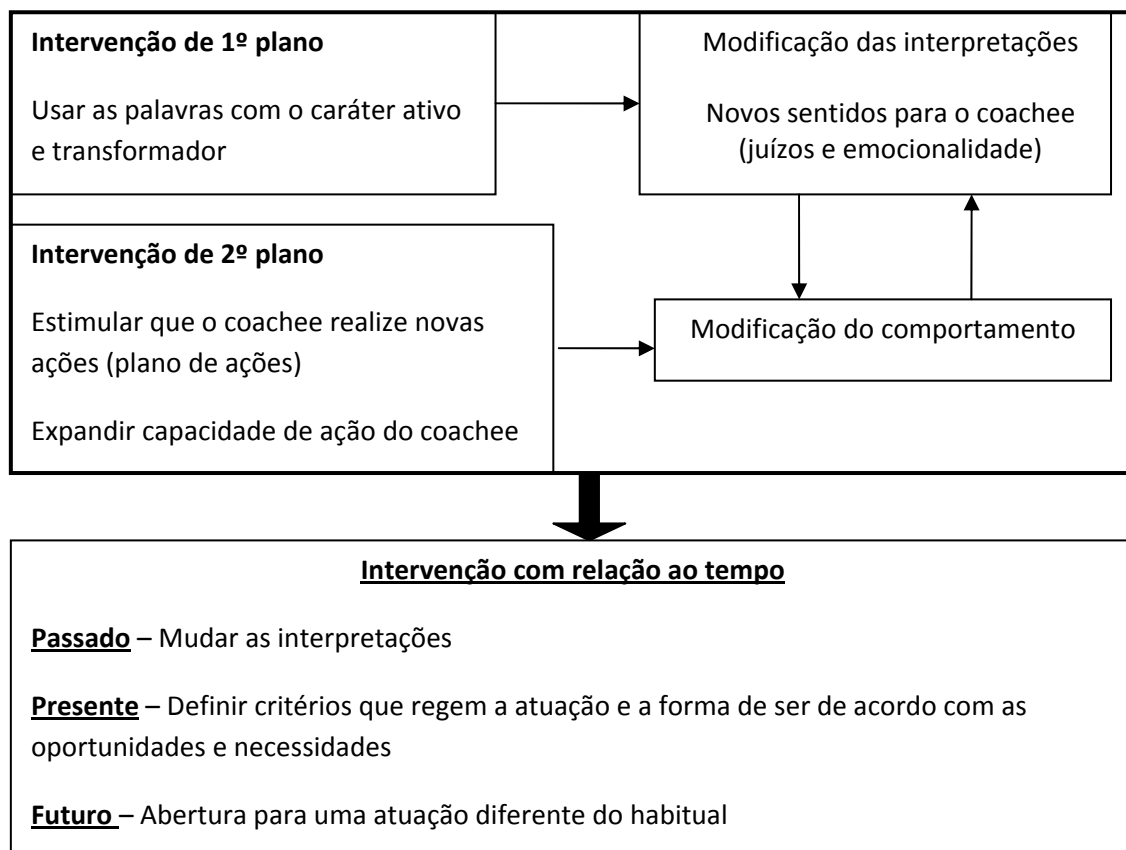
está em condições de entrar na fase de intervenção sobre ela. É fundamental que o coach apresente sua interpretação para o coachee validar ou não a proposta interpretativa. O coaching está fundamentado na ética do respeito ao outro. Quem valida o coaching é o coachee; portanto, quem valida a interpretação é o coachee e não o coach.

Etapa 3 – intervenção

Nesta fase o coach assume um papel mais propositivo. O objetivo é deslocar o coachee para além da sua estrutura de coerência. Pode haver mudança da emocionalidade e um dos riscos é o coachee se sentir ameaçado.

Na proposta da ontologia da linguagem não existe uma estratégia correta e única de intervenção. O coach deve determinar qual o caminho a ser percorrido e, se for o caso, mudar de rumo, no transcurso do coaching, ou seja, a criação da estratégia se dá no momento da própria intervenção.

Com relação ao foco da intervenção a orientação é para que se prevaleça o trabalho sobre o âmbito declarado no quebre de abertura. Contudo, quanto mais abrangente a intervenção mais profundos serão os resultados.



Por fim, chega-se ao instante do encerramento, que pode ocorrer nos seguintes momentos: quando o coach não se sente competente para resolver o quebre declarado; quando o coachee pede o encerramento; ou ainda quando a intervenção alcançou seus objetivos.

3. CONTRIBUIÇÕES DA ONTOLOGIA DA LINGUAGEM

Neste ponto cabe retomar a pergunta inicial deste trabalho: Quais são as contribuições da ontologia da linguagem para a ciência política? Existem múltiplas alternativas para esta resposta, mas um primeiro aspecto a considerar diz respeito às distinções entre o discurso e a prática, ou seja, a ontologia pode colaborar como *ciência* ou como *prática política*. Outro ponto a ser observado são as contribuições temáticas, como por exemplo, a proposta de gestão pública, de comunicação, de aprendizagem, relativa à ética, natureza humana e outras.

Existem outras duas questões, vinculadas à primeira, que devem nortear o esforço de reflexão aqui realizado: qual a contribuição do *coaching ontológico* no âmbito da ciência política? Qual a sua utilidade para a prática política? Contudo o processo de aprendizagem não deve se limitar ao domínio do coaching ontológico. Cada pessoa pode aprender a aprender, ou seja, a aprendizagem também é uma área de estudo. Assim considerada, as mesmas perguntas feitas com relação ao coaching ontológico devem ser feitas para se identificarem as contribuições das propostas de aprendizagem e de gestão apresentadas pela ontologia da linguagem.

A ontologia da linguagem não se limita a uma proposta de coaching, de aprendizagem, de gestão e ética. Também não fica presa a um domínio filosófico. Ela apresenta uma proposta de interpretação da natureza humana e a partir deste olhar se oferece como prática em todas as áreas de atuação do ser humano, fato que inclui a prática da *ciência política* e da *prática política*.

O coaching ontológico é uma ferramenta de gestão e aprendizagem poderosíssima, mas não é a única possibilidade de prática do discurso da ontologia da linguagem. O coaching é uma prática muito desenvolvida no âmbito da ontologia da linguagem, mas outras práticas também podem ser utilizadas a partir desta proposta. É possível inferir que o coaching é a principal área de contribuição da ontologia da linguagem para a ciência política. Ou seja, existem outras importantes contribuições indiretas a serem consideradas, particularmente a partir das temáticas de aprendizagem, ética e gestão. Porém, há a contribuição direta resultante da transformação dos observadores que desenvolvem a ciência política e que praticam

a política¹¹.

3.1. Contribuições no domínio da gestão

Para a ciência política existem inúmeras contribuições clássicas no domínio da gestão pública. São amplos e diversificados os debates teóricos sobre a administração pública e o papel da burocracia estatal. Não é o propósito desta monografia fazer uma comparação, não por desconsiderar que seja uma tarefa importante, mas porque foge ao escopo do estudo.

Perceber e valorizar os processos conversacionais como uma rede sistêmica fundamental no processo organizacional pode ser a grande contribuição da ontologia da linguagem para a gestão de uma determinada organização, seja parlamentar, empresarial ou, quiçá, religiosa. Normalmente os processos organizacionais são focalizados como a administração de disponibilidades de recursos e tecnologias. Recolocar o ser humano como elemento central da proposta de gestão organizacional é, *per si*, um aspecto transformador. Mais transformador, todavia, é rever a noção de ser humano, como um ser relacional, que vive num mundo conversacional, com elementos lingüísticos e emocionais.

Ao se analisar o ciclo de coordenações de ações o indivíduo pode se dar conta de que é possível refazer as relações entre Estado e sociedade, a partir de patamares de qualidade, eficiência, eficácia, efetividade e satisfação muito superiores aos atualmente praticados nas diversas partes do mundo. Requer, entretanto um amplo processo de aprendizagem, seja para o desenvolvimento de novas habilidades e capacidades, seja como um processo de aprendizagem de segunda ordem, ou seja, uma aprendizagem transformacional dos observadores desta relação Estado e sociedade.

O ciclo que valoriza a reflexão na ação como um instrumento fundamental de melhoramento da qualidade e efetividade do trabalho é o início de uma importante área de contribuição para a mudança de enfoque que aqui se propõe. Mais que em qualquer outro ponto da análise, o processo de aprendizagem pode ser visto como um instrumento de gestão.

¹¹ Esta parece ser a mais importante das nuances aqui visualizadas, mas este estudo não permite criar e afirmar uma gradação de importância. Trata-se de uma suposição, uma inferência, portanto.

A ontologia da linguagem oferece à administração pública as propostas de uma rede conversacional e de aprendizagem como ferramentas de gestão, que também possibilita um repensar das mudanças do sistema organizacional, não como uma imposição política ou governamental, mas como uma necessidade de melhorar a qualidade dos serviços e da própria sustentação da legitimidade do aparato estatal.

Analizam-se, a seguir, duas contribuições específicas, que merecem registro em razão das possibilidades de aplicação e ação imediata.

3.1.1. Gestão de Recursos Humanos

A gestão de recursos humanos é um exemplo da possibilidade de intervenção específica no domínio da gestão pública, que sem dúvida alguma poderia ser orientada pela contribuição da ontologia da linguagem. A gestão coach pode ser introduzida em associação com as outras modalidades de gestão, permitindo a atuação conjunta dos dirigentes políticos e técnicos com os gerentes coach.

3.1.2. Gestão no Senado Federal

O Senado Federal poderia receber as contribuições da ontologia da linguagem para a gestão de seus recursos humanos. A proposta de aprendizagem organizacional, apresentada pela ontologia da linguagem, incluindo o coaching ontológico, pode ser incorporada como propostas de gestão no âmbito dos mandatos parlamentares e também nas demais estruturas administrativas do Senado Federal.

Também há uma contribuição da ontologia da linguagem no sentido da renovação das relações do Senado Federal com a sociedade, com os outros agentes públicos e políticos e com as organizações sociais. Novamente o ciclo de coordenações, principalmente no que tange às relações baseadas nas promessas, oferece uma oportunidade metodológica para se refazerem as relações da instituição com o mundo externo.

Mais uma vez cumpre ratificar a visão do coaching ontológico como uma proposta de aprendizagem transformacional dos observadores, que devem ser vistos aqui como agentes públicos. Ou seja, a contribuição do coaching ontológico pode ser na atuação dos personagens políticos, desenvolvendo aprendizagem que tenha por objetivo a transformação de suas modalidades de *ser* e *observar*. Pode

ser uma meta, por exemplo, o melhoramento da efetividade das ações políticas do parlamentar, como orador ou representante da população de seu Estado.

3.2. Contribuições nos domínios da comunicação e do poder

Nenhuma tarefa que altera a forma como o observador observa e é observado e que, no final das contas, seja algo extremamente inovador, como é a tarefa de repensar a natureza humana e as relações de poder a partir das proposições da ontologia da linguagem, é simples e de fácil aceitação. Todavia, essa tarefa, por sua importância intrínseca, pode começar por fundar-se sobre um repensar da própria noção básica de ser humano que todos carregamos por todas as nossas atuações.

Muitas teorias e fundamentações de propostas políticas possuem em seu núcleo básico uma proposição interpretativa sobre a natureza humana, embora nem sempre sendo explicitada. A noção de ser humano que cada indivíduo tem ao atuar diariamente é um dos pontos centrais da ontologia da linguagem, permitindo deduzir que os impactos práticos – quando utilizada a ferramenta aqui em análise – ainda serão muitos, pois as descobertas que se articulam em torno da ontologia da linguagem são recentes enquanto tempo histórico. Conceitos como liberdade, propriedade, igualdade, democracia e poder podem ser revistos a luz das propostas da ontologia da linguagem¹².

A arte de tomar decisões pode ser interpretada no âmbito da ontologia da linguagem como resultado, ação ou observador. Ou seja, a arte de tomar decisões pode ser interpretada desde o modelo OSAR, fato que também inclui noções do ciclo reflexivo e da aprendizagem. Toda pessoa toma suas decisões a partir da sua capacidade de observação dos fenômenos e da fundamentação dos juízos que faz das diversas coisas. É o que os sociólogos denominam de pré-noção. Mas no universo comunicativo em que isto tudo acontece, assim como as práticas políticas, as decisões podem ser aperfeiçoadas a partir de tais ferramentas.

¹² As condições objetivas, como, por exemplo, o tempo de pesquisa e de elaboração, limitam o aprofundamento do tema neste momento; a própria proposta do que é política, seus elementos e dinâmicas, constituem-se áreas de outros estudos possíveis no âmbito da ontologia da linguagem.

Um dos eixos de sustentação da política é a legitimidade. Muitas propostas interpretativas existem para tratar da dinâmica específica da política, e a ontologia da linguagem também pode dar a sua contribuição. Legitimidade relaciona-se a uma noção de lei, razão, direito, justo, genuíno, entre outras. Pode-se também considerar legitimidade como sendo um *juízo de valor*. Portanto, abre-se um universo de aprendizagem, seja no sentido de compreensão fenomenológica ou como ação política. Caberia relembrar as relações entre juízo e emocionalidade ou das relações entre juízos e ações. Mas algumas respostas se fariam necessárias: Como se constrói o juízo de legitimidade? Como eles se alteram ao longo da história? Trabalhando-se com o pressuposto de juízos de legitimidade como predisposição para a ação dos parlamentares e dos cidadãos e, por sua vez, as ações mudando os juízos.

E mais: como pode ser interpretado o voto desde a ontologia da linguagem? Uma ação que gera um resultado seria uma resposta possível, mas quem é o observador que vota? O voto é construído a partir de que juízo e emocionalidade? A confiança é a emocionalidade fundamental, e a eleição dos representantes do povo é um voto de confiança baseado nos juízos que cada cidadão formula com base em seus conhecimentos, opiniões político-ideológicas, mas também pelas suas inquietudes e expectativas. O ciclo de coordenação de ações também serve, neste caso, como uma ferramenta de aperfeiçoamento e de alcance da impecabilidade, qualidades necessárias para a sustentação de qualquer projeto político.

O parlamento como *casa do povo* é a casa da palavra, da oratória, das conversas com todos os seus elementos básicos: linguagem, emocionalidade e corporalidade. Na interpretação da ontologia da linguagem as atividades humanas e organizacionais se estabelecem em redes conversacionais. Portanto, todas as atividades humanas com ações especializadas na área da comunicação recebem uma contribuição direta da ontologia. O fato básico de ampliar o significado da comunicação é suficiente para restabelecer noções e práticas diversas em toda a ciência comunicativa.

A atuação parlamentar é uma área privilegiada de ação comunicativa, seja como atividade interna no parlamento, posicionamentos nas Comissões, discursos em (de) Plenário, defesa de proposições legislativas, relação com a mídia, entre outras. Desta forma é possível interpretar que a ontologia da linguagem contribui

como prática comunicativa do parlamentar nas relações internas do parlamento e externa com os meios de comunicação, seja como ferramenta para a obtenção de maior eficiência e eficácia comunicativa ou como elementos para um melhor desempenho político.

3.3. Contribuições gerais

A proposta da ontologia da linguagem, defendida por Rafael Echeverria, se coloca como uma proposição alternativa à metafísica e, portanto, se propõe a repensar o que está hegemonizado pela metafísica. A verdade como sendo correspondente a uma realidade objetiva é um dos principais conceitos a ser reinterpretado.

Para Rafael Echeverria o pensar ontológico é uma modalidade do pensar filosófico. Este pensamento está fundado numa operação que todos os seres humanos fazem, conscientes ou não, que é o de propor uma identidade, ou melhor, a de criar uma unidade da diversidade e a multiplicidade das experiências e acontecimentos da vida. Para o autor o pensamento filosófico é um pensar genérico de identidade e não é possível fazer filosofia sem selecionar, explicitamente ou implicitamente, uma determinada opção ontológica. Ainda segundo ele há três posturas ontológicas básicas:

- a) Caminho físico (da natureza) – origem do pensamento científico; a característica deste pensamento é que as explicações genéricas dos fenômenos naturais devem ser feitas utilizando-se somente os próprios fenômenos naturais, na medida em que, ao se utilizarem outros elementos que transcendem aos fenômenos da natureza deixa de ser científico.
- b) Caminho da metafísica (do que está além do físico) - sustenta que a unidade da multiplicidade dos fenômenos remete a um domínio que transcende a natureza; as aparências diversas e cambiáveis são expressões da realidade transcendente, o mundo sensorial é uma ilusão, uma mera aparência; há um divórcio entre o sentido comum e o pensamento filosófico (domínio restrito para iniciados da prática intelectual da filosofia).
- c) Caminho antropológico (do ser humano como fundamento da realidade) – inaugurado pelos sofistas, que se ocupavam de ensinar à juventude as

virtudes para serem bons e efetivos cidadãos; para eles não se deve buscar a unidade das coisas na natureza ou fora dela, pois a unidade é algo que os próprios seres humanos conferem às coisas.

O comparativo entre estas propostas ontológicas mostram a profundidade e amplitude das mudanças e contribuições que a ontologia da linguagem pode trazer, seja como filosofia, ciência ou pensamento social comum.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de estudo desta monografia tratou das contribuições e vínculos entre a ontologia da linguagem e a ciência política. Segundo nosso ponto de vista, ambas constituem universos amplos e qualquer análise que pretendesse abranger a totalidade de tais universos fugiria aos limites do escopo aqui definido.

Cumpre, no entanto, resgatar as reflexões que surgiram de um processo de aprendizagem como forma de exemplificação e apresentação dos conteúdos básicos da ontologia da linguagem, de um lado, e as possíveis contribuições e os eventuais *links* com a ciência política, de outro.

Talvez o mais importante domínio de contribuição da ontologia da linguagem ocorra quando ela trata o futuro como uma construção possível. Em primeiro lugar, porque ela oferece à sociedade, a uma organização ou a um indivíduo, a possibilidade de se ver como um “ser” (um *ente*) que é mutável e que pode participar da construção do seu futuro e de si próprio. Na visão tradicional de “ser” as pessoas são compreendidos como uma essência imutável; este fato limita a possibilidade de transformação, portanto limita a oportunidade de redesenhar uma atuação no futuro distinta da atuação no presente. A proposta interpretativa da ontologia da linguagem restabelece no cenário do possível a redefinição do observador e de sua ação futura.

Em segundo lugar, por oferece uma oportunidade de melhoramento e desenvolvimento do ser humano e dos sistemas, seja nos aspectos individuais, relacionais ou organizacionais. Ao introduzir a variável da inovação do ser e de sua atuação, a ontologia da linguagem não valoriza o caótico, ao contrário, propõe a ambição e o desejo como inquietudes centrais na redefinição da identidade da pessoa. Ou seja, a vida é construída pautada pelas ambições e desejos de cada ser, a questão é atuar de acordo com tais vontades, porém limitados numa pauta ética, do respeito ao outros e a diversidade de interpretações sobre a vida, as organizações a ao sistema.

Em terceiro, porque é uma proposta de intervenção não autoritária ou impositiva, ao contrário, é uma proposta democrática, que valoriza o ser humano e a ética do respeito, confiança e amor. A ontologia da linguagem coloca no centro de sua proposta de transformação o processo de aprendizagem e mais, interpreta que

um processo de aprendizagem efetiva somente é possível quando parte da vontade que uma pessoa expressa ao querer melhorar sua vida, seu atuar e sua observação.

No âmbito da aprendizagem destaca-se a proposta do modelo OSAR, que estabelece uma nova perspectiva de relação entre o indivíduo e o sistema, entre a observação, ação e resultado, entre a avaliação e a aprendizagem e, principalmente, entre a aprendizagem de ação e a aprendizagem transformacional. A política é um espaço relacional extremamente dinâmico e competitivo, pode ser um terreno fértil para o desenvolvimento de processo de aprendizagem a partir do modelo OSAR, do ciclo de reflexões e do coaching ontológico.

A gestão é outro campo importante de sinergismo entre a ontologia da linguagem e a ciência política. Tradicionalmente a gestão pública é vista como uma polarização do entre os aspectos técnico-burocrático e os aspectos políticos. A ontologia da linguagem oferece uma possibilidade de superação desta polaridade, na medida em que também considera a gestão como uma rede conversacional. Todas as conversas são marcadas por afirmações, declarações, juízos, ofertas e promessas; desta forma, os elementos técnicos e políticos são parâmetros de fundamentação das decisões a serem tomadas pelos gestores. As competências conversacionais apresentadas no início deste trabalho podem ser extremamente úteis no equacionamento das conversas de gestão.

A área de gestão de recursos humanos pode ser um espaço de recepção das contribuições da ontologia da linguagem, como um espaço em que se desenvolvem processos de aprendizagem no sentido de ampliação da qualidade do atendimento público, ampliando eficiência e eficácia do serviço público.

Um aspecto central nas discussões realizadas neste trabalho mostrou que a ontologia da linguagem traz novas oportunidades, ou seja, de nos olharmos com um novo olhar, como um novo observador, com novas ações e resultados, com um processo de aprendizagem em aberto e com o futuro a ser construído.

As contribuições da ontologia da linguagem, bem como os processos de aprendizagem, são amplas e diversas. Contudo, é possível afirmar que somente se constitui numa ferramenta a ser utilizada em sua plenitude se os observadores se colocarem dispostos a modificarem os seus olhares tradicionais.

Os indivíduos possuem aptidões que os permitem participar plenamente dos processos de aprendizagem, mas cumpre destacar que o pressuposto fundamental

reside em querer inovar, melhorar e se dispor a caminhar por novos horizontes, como caracterizado pela ontologia da linguagem.

Apesar de se tratar de uma escolha individual e que depende do observador particular que somos, não se pode desconectá-la das ações coletivas inerentes às organizações objeto de estudo da ciência política.

Para a ontologia da linguagem a verdade é um consenso interpretativo que se estabelece no interior de uma comunidade, ou seja, a verdade é vista como uma construção social. A verdade científica, neste caso, é aquela aceita numa determinada comunidade científica especializada no assunto ou tema em questão. Para a ontologia da linguagem a maneira como o ser humano concebe-se condiciona a maneira como ele observa o mundo. E parece não haver dúvidas quanto ao fato deste ser um dos pontos de ligação mais fortes e consistentes da hipótese inicial desta monografia o de que, há sim, vínculos entre a ontologia da linguagem e a ciência política.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, M. do Carmo Brant de. Avaliação de projetos sociais. In ÁVILA, C.M. de. **Gestão de Projetos Sociais**. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa capacitação Solidária – AAPCS, 2001, p. 59-89.

ECHEVERRIA, Rafael. *Ontologia del lenguaje*. Sexta edição. Santiago, Chile: Comunicaciones Noreste LTDA: Juan Carlos Sáez Editor, 2003.

_____. *Actos de lenguaje – volume I: La eschucha*. Santiago, Chile: Comunicaciones Noreste LTDA: Juan Carlos Sáez Editor, 2006.

_____. *La empresa emergente: La confianza y los desafios de La transformación*. Buenos Aires, Argentina: Granica, 2006.

_____. *Por La senda del pensar ontológico*. Buenos Aires, Argentina: Granica: Juan Carlos Sáez Editor, 2007.

_____. *El observador y su mundo – volume I*. Santiago, Chile: Comunicaciones Noreste LTDA: Juan Carlos Sáez Editor, 2008.

_____. *El observador y su mundo – volume II*. Santiago, Chile: Comunicaciones Noreste LTDA: Juan Carlos Sáez Editor, 2008.

NOGUEIRA, Octaciano. *Introdução à ciência política*. Brasília: Senado Federal, unilegis, 2006.

_____. *Introdução à filosofia política*. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2007.